

Boletim OPSA

| n.3, jul./set. 2011 |





Observatório Político
Sul-Americano

O **Observatório Político Sul-Americano - OPSA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt University

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Daniel Oppermann (Indicadores)
Ana Carolina Vieira de Oliveira (Argentina)
Francisco Josué Medeiros de Feitas (Brasil)
Clayton Cunha (Bolívia)
Pedro Benetti (Chile)
Athos Luiz dos Santos Vieira (Colômbia)
Fernanda Pernasetti (Equador)
André Luiz Coelho (Paraguai)
Beatriz Thomaz Carvalho (Peru)
Guilherme Simões Reis (Uruguai)
Fidel Flores (Venezuela)

Boletim OPSA

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de julho a setembro de 2011.

O Boletim OPSA é publicado na segunda semana do mês seguinte aos três meses a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IESP/UERJ

Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://www.opsa.com.br>
E-mail: observatorio@iesp.uerj.br

Editorial

Quatro Temas do Enredo Político Sul-Americano

Os artigos elaborados para este Boletim abordam questões da conjuntura política sul-americana atual que guardam estreita conexão com temas candentes da conjuntura internacional, ainda que sua formatação espelhe as especificidades próprias de nosso contorno regional.

O primeiro artigo de Clayton Cunha Lima analisa o conflito recente entre o governo de Evo Morales e comunidades indígenas a propósito da construção de uma estrada em um parque nacional de preservação indígena. No artigo, o autor examina os diversos ângulos políticos daquele confronto esclarecendo muitas das interpretações, algumas bastante tendenciosas, da cobertura da mídia sobre a questão. No âmago do contencioso está um problema que ultrapassa as particularidades bolivianas de construção de um Estado pluriétnico e os enormes desafios enfrentados pelas experiências andinas na atualidade. Qual seja: o inevitável confronto entre, de um lado, o projeto de modernização da Bolívia, capaz de dotá-la de uma infra-estrutura mínima que possa contribuir para a integração territorial e política daquele país, e,

por outro, a preservação, também necessária, para o mesmo objetivo de integração nacional, da autonomia das comunidades indígenas e de seu patrimônio cultural e social entre as múltiplas comunidades indígenas que integram a nação boliviana. O conflito atravessa as fronteiras nacionais e deságua em questões semelhantes que hoje estão na pauta dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil no plano global. Neste contexto, é inevitável a possibilidade de intervenções e intrusões da comunidade internacional em uma questão particular ao processo de refundação do Estado boliviano já, de per si, imerso em tensões e contradições ao buscar conciliar elementos da autonomia das comunidades indígenas ao projeto nacional-popular.

O texto seguinte, de autoria de Pedro Benetti, que analisa o conflito entre os estudantes e o governo chileno também remete a uma questão presente na agenda política global, qual seja o papel da juventude nos movimentos correntes de contestação da ordem institucionalizada. Como se sabe, a atual crise financeira global atingiu muito fortemente os jovens que constituem em alguns países do Atlântico Norte o principal grupo social atingido pelo desemprego. Também são os jovens a principal categoria

política mobilizada nos protestos alavancados pelas mídias sociais nas capitais da Europa e outras, em particular, o movimento dos "Indignados" na Espanha, o "Ocupem Wall Street" nos EUA e a primavera/outono nos países árabes. Em todos eles, a categoria demográfica jovem se transformou em um agente político mobilizado como a principal força de contestação e mudança do *status quo* das principais esferas da dominação política e econômica. Não é por outra razão que Pedro Benetti aponta para a relativa incapacidade dos dois principais blocos políticos chilenos de responderem ao imperativo da mudança empunhado pelo movimento estudantil com vistas ao aprofundamento da democracia chilena.

O artigo de Guilherme Simões Reis, sobre o incidente violento dos capacetes azuis uruguaios no Haiti, remete à prática da "intervenção humanitária" que tem estado no centro da política das potências no período do pós-Guerra Fria com respeito aos países cuja capacidade de funcionamento como entidades soberanas no sistema westfaliano tende a ser muito baixa. O artigo focaliza uma prática lamentável, mas que não tem estado totalmente ausente em diversos outros episódios de intervenção das forças sob a égide do programa das Operações de Paz

das Nações Unidas. Neste particular, o ano de 2011 foi marcado pela intervenção das tropas da OTAN na Líbia na implementação do princípio emergente da "responsabilidade de proteger" que, na prática, re-introduz a idéia de soberania condicional. As reservas brasileiras a esta norma não impediram sua participação no comando militar da MINUSTAH, mas sob o princípio da "não indiferença" e apenas no que se refere às disposições de segurança as ações da MINUSTAH podem ser enquadradas com base no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que regula o uso da força. Por outro lado, o episódio reforça a tese brasileira da "responsabilidade ao proteger" que tem exatamente o sentido de qualificar aquela norma da intervenção.

Fechando este Boletim, Ana Carolina Vieira de Oliveira examina os resultados das primárias argentinas que consagrou a vitória de Cristina Kirchner num resultado combinando as eleições nacionais e regionais, vitória que seria confirmada nas eleições presidenciais subseqüentes. Também neste caso, a agenda sul-americana é coincidente com a internacional, na medida em que espelha a consolidação das instituições políticas, independentemente dos eventuais alinhamentos e realinhamentos políticos que se expressam nas urnas.

Na contemporaneidade, parece haver relativa sincronia das diversas agendas regionais e nacionais. Neste sentido, o que ocorre na América do Sul não é estranho ao que ocorre no resto do mundo. Talvez uma vantagem de nossa região possa estar na situação econômica relativamente mais favorável comparada com outras paragens, bem como ao momento geopolítico favorável que tem permitido grande autonomia na experimentação democrática. Talvez por estas razões os movimentos de contestação que tem marcado a política internacional cheguem mais amortecidos em nossa região.

Rio de Janeiro, setembro de 2011.

Maria Regina Soares de Lima.

Revolta Social e Estabilidade Política

Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular uma nação

Clayton M. Cunha Filho

A repressão policial aos indígenas acampados em Yucumo no último dia 25 de setembro, apesar de não ter sido particularmente violenta se comparada à história recente do país¹, chamou a atenção mundial por colocar um “governo indígena” e tido por defensor da Mãe Terra em confronto com índios em protesto contra a construção de uma estrada em um parque nacional.

O conflito gira em torno da construção da estrada que ligará o município de Villa Tunari, em Cochabamba, a San Ignacio de Moxos, no Beni, e cujo projeto prevê atravessar o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), primeiro Território Comunitário de Origem demarcado no país após a histórica marcha dos indígenas do Oriente boliviano a La Paz em 1990. A área em questão é extremamente rica em biodiversidade

¹ Embora o relato inicial da cobertura midiática, no dia do conflito, tenha dado conta de mortos e desaparecidos pela repressão, o fato foi posteriormente negado e todos os desaparecidos foram localizados. Não é necessário sequer comparar o evento à Guerra do Gás, de 2003, com seus mais de sessenta mortos pela repressão estatal: mesmo outros conflitos durante o próprio governo Morales, como os bloqueios de Caranavi em maio de 2010, por exemplo, deixaram maior saldo de violência pela repressão estatal. Ver: Banco de Eventos OPSA, Bolívia, 09/05/2010.

e se encontra em zona de fronteira agrícola, com constante pressão de camponeses da área fronteiriça e ocupação ilegal de terras no TIPNIS por parte de colonos, o que os indígenas da região temem que possa ser facilitada e se intensifique com a construção da estrada.

Desde pelo menos 2010 os indígenas locais vinham pedindo, através da Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), atenção às suas demandas por parte do governo, entre as quais o combate às ocupações ilegais no parque e a discussão acerca da realização de consulta prévia à construção da estrada, mas sem muito resultado. Isto motivou a CIDOB a organizar, como forma de protesto, nova marcha a La Paz como a que conseguira a demarcação do território vinte e um anos antes, partindo de Trinidad, Beni, em 15 de agosto.

O governo, no entanto, em vez de buscar o diálogo preferiu o caminho de exaltar as virtudes da estrada proposta e questionar a legitimidade dos protestos e os supostos interesses por trás dos mesmos. As lideranças indígenas foram acusadas sucessivamente pelo próprio Morales e por ministros de governo de estarem a serviço das oligarquias bolivianas ou sendo financiados por ONGs ou por recursos dos EUA através de seu braço de cooperação

internacional USAID. Somente após já iniciada a marcha e após vários ataques iniciais a sua legitimidade é que o governo começou a propor o envio de ministros à marcha com o fim de negociar, mas então já era tarde. A marcha radicalizara-se e seus objetivos evoluíram da exigência da realização da consulta prévia ao rechaço completo de qualquer possibilidade de construir a estrada através do parque, agregado a mais 15 demandas com graus variáveis de relação com o motivo original: da garantia da realização de consulta prévia em futuros projetos e evicção de colonos ilegais no interior das terras indígenas ao direito a negociar créditos de carbono internacionais pela preservação do parque e a paralisação completa de todas as atividades hidrocarboníferas no Parque Nacional Agüaragüe².

Ao mesmo tempo, organizações camponesas e sindicais começaram a se mobilizar a favor da construção da estrada e contra a marcha, chegando a organizar um bloqueio em Yucumo, Beni, que ameaçava chegar ao confronto físico para impedir a passagem dos indígenas se a marcha insistisse em prosseguir. Enquanto isso, pelo menos quatro tentativas de

negociação entre ministros do governo e os manifestantes foram tentadas entre o dia 25 de agosto e o dia anterior à repressão: a primeira fracassou antes mesmo de começar pela recusa dos indígenas em negociar sem a presença de pelo menos dez ministros, as duas seguintes pela intransigência dos manifestantes em aceitar qualquer acordo que não o cancelamento da estrada e a recusa do governo em suspender o projeto e a última com o seqüestro por algumas horas, por parte dos marchistas, do chanceler David Choquehuanca, utilizado como escudo humano para avançar além do bloqueio camponês.

Se a repressão do dia seguinte evitou um confronto potencialmente mais violento e sangrento entre os indígenas e os camponeses, ficará para sempre no campo do contrafactual. Mas o inegável é que se revelou um pesado erro político por parte do governo do qual Evo tenta agora se desvincular. O presidente nega ter dado a ordem direta para a repressão, pediu desculpas e o governo promete agora uma investigação imparcial dos fatos e culpou ao agora ex-vice-ministro de Regime Interior, Marcos Farfán. A culpa, no entanto, respingou também no ministro de Governo, Sacha Llorenti, que renunciou para, segundo ele, preservar o governo e provocou também a renúncia da ministra da

² Localizado em Tarija a mais de 900km do TIPNIS, o Parque Nacional Agüaragüe foi demarcado no ano 2000 quando já se desenvolviam no seu interior atividades hidrocarboníferas. Hoje, cerca de 90% da exportação boliviana de gás passa por seu interior, o que dá uma mostra da inexequibilidade da demanda.

Defesa, Cecilia Chacón, no dia mesmo da repressão policial.

As suas conseqüências, no entanto, vão muito além do rearranjo ministerial e têm a ver, potencialmente, com o próprio rearranjo na base social de apoio do governo. As análises veiculadas na mídia, aqui e alhures, com notáveis exceções³, têm abordado o conflito de uma forma hipersimplificada quando se trata, na verdade, de tema por demais complexo. Análises que apresentam o conflito como a capitulação da agenda de esquerda do governo frente ao imperialismo do capital brasileiro em expansão, como a ruptura de Morales com o indigenismo e a proteção à natureza ou como uma contraposição entre os aimarás e quéchuas do Altiplano ocidental contra os indígenas das planícies orientais contam, no máximo, uma meia-verdade.

Quando se diz, por exemplo, que os índios do altiplano se contrapuseram aos índios do TIPNIS, trata-se de meia-verdade porque, de fato, Morales tem nos aimarás e quéchuas

altiplânicos sua principal base de apoio, mas tal não poderia ser diferente já que estes representam quase 60% da população étnica boliviana⁴. Mas a parte de meia-mentira no argumento é que os modos de organização política no país são muito mais complexos que a mera divisão binária entre índio/não-índio. É fato que desde o fim dos anos 70, impulsionado pelo movimento aimará conhecido como Katarismo, houve na Bolívia um resgate das identidades indígenas que atingiu seu auge nos anos 1990/2000, mas nem todos de "origem étnica" indígena se organizam enquanto "movimento indígena", embora mesmo os que não o façam diretamente se utilizem também frouxamente da identidade.

No Altiplano, há o "movimento indígena" organizado em torno do Conselho Nacional de Marqas e Ayllus do Qollasuyo (CONAMAQ), mas este apoiou integralmente a marcha do TIPNIS, inclusive enviando militantes e lideranças para marchar e engrossar suas filas e recebeu a mesma repressão policial dos indígenas orientais apesar de, de fato, integrar a base de apoio de Morales⁵. E há os

³ Ver, por exemplo, os artigos de José de Souza Martins ("Evo não viu o Índio") no Estadão de 02/10/2011, de Carlos Malamud ("El indigenismo de Evo Morales") no Infolatam de 27/09/2011 e de Raúl Prada ("Una tiranía anti-indígena al servicio del gobierno de Brasil, del IIRSA y de las trasnacionales") em seu blog em 26/09/2011. Como exemplo das exceções de uma abordagem mais equilibrada, ver o artigo de Pablo Stefanoni ("Torpeza y distintos intereses") publicado no Clarín em 27/09/2011 e a matéria de Antônio Luiz M. C. Costa em Carta Capital nº666.

⁴ De acordo com o último Censo, realizado em 2001, quéchuas e aimarás representam 55,88% da população, enquanto outros grupos indígenas juntos chegam a 6,11% e não indígenas representam 38,03%.

⁵ Como na verdade, pelo menos até aqui, também a integre a própria CIDOB. Os desacordos em torno do TIPNIS e a repressão policial de 25/09 certamente afastam o organismo do governo, mas é ainda muito cedo

"camponeses indigenizados" organizados em torno de uma miríade de organizações camponesas que se congregam na Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), filha direta do Katarismo já citado e que em grande medida se colocou do lado do governo e a favor da construção da estrada no conflito.

Ao tratar da possível ruptura do governo com o indigenismo, as análises se aproximam um pouco mais da verdade. De maneira geral, há na história da Bolívia duas grandes tradições políticas de lutas populares contra/pelo controle do Estado: o Nacional-popular e o Indigenismo. A separação não é rígida, nem sempre é possível classificar definitivamente quem pertence a qual e houve em muitos momentos alianças e hibridações entre os dois, mas também traições, abandonos e brigas internas que, freqüentemente, significaram justamente o fim do "experimento" contestatório (ver, por exemplo, CUNHA FILHO, 2009; HYLTON e THOMSON, 2007). O mais notável do bloco histórico capitaneado por Morales até aqui vinha sendo a maneira como conseguia conjugar a memória política das duas tradições e mesclá-las quase em uma massa homogênea. A nova constituição, inclusive, ao falar dos direitos e

para decretar que terá provocado um rompimento definitivo entre ambos.

prerrogativas dos povos indígenas se refere sempre aos "Povos Camponeses Indígena-Originários", tentando assim cimentar de vez os laços entre as duas tradições, mas é nesse momento em que a Bolívia passou do momento da resistência negativa ao velho e se encontra no momento propositivo de criação do novo que surgem, como era de se esperar, as contradições e dificuldades. Indígenas e Camponeses, embora na Bolívia apenas pela aparência física e origem étnica sejam quase indiferenciáveis, nem sempre têm os mesmos interesses diretos, como também é o caso entre muitos outros integrantes da diversa base de apoio do presidente.

O que está em jogo hoje na Bolívia de Evo Morales é a articulação do Estado-nacional boliviano em bases efetivas, tarefa hercúlea e que inevitavelmente haverá de provocar reações diferentes em distintos lados na medida em que os atores em jogo têm visões distintas acerca da agenda implementada ou das prioridades a serem seguidas. Mas uma das pré-condições para o sucesso da Bolívia como país terá que passar pela dotação de uma infraestrutura vial minimamente capaz de conectar o país e integrá-lo como um todo. Tem-se ressaltado muito o papel do Brasil no financiamento dessa estrada e sua integração aos corredores bioceânicos

continentais, mas muito antes disso, ela é uma ligação do próprio país consigo mesmo. Hoje, o departamento do Beni só tem acesso ao resto do país a Oeste dando a volta através de Santa Cruz a Leste. Toda sua produção pecuária tem que passar por esse departamento antes de chegar a outros mercados, o que dá aos *cruceños* um imenso poder de atravessador. Convém lembrar que é em Santa Cruz que se localiza, precisamente, o núcleo da oposição de direita a Morales e a melhor integração de Beni com o resto do país ajudaria a quebrar os fortes laços que unem as oligarquias de ambos departamentos.

Como seria de se esperar, a oposição – completamente desnorteada desde fins de 2008 (ver CUNHA FILHO, 2008, 2010) – tem tentado se aproveitar do conflito para se cacifar politicamente, mas é difícil imaginá-la capaz de manter uma aliança mais duradoura com os indígenas que hoje aplaude. Muitos dos que saíram em primeira hora a defender a preservação do TIPNIS e o direito à autodeterminação dos indígenas locais estiveram entre os que mais fortemente se opuseram à concessão de autonomias indígenas durante os debates do novo texto constitucional. É certo que o dano à base social do governo foi feito e tem um potencial de afastar os elementos indigenistas do bloco nacional-popular. Mas há que

se ter mais cautela antes de decretar nesse momento qualquer final definitivo para o complexo rearranjo de forças e projetos hoje em curso na Bolívia que tenta com todas as dificuldades e tensões inerentes avançar na construção de um Estado efetivamente capaz de dar conta de toda a complexidade de sua nação.

Referências Bibliográficas

CUNHA FILHO, C. M. O ano da virada de Evo Morales? *Observador On-Line*, v.3, n. 12, 2008.

CUNHA FILHO, C. M. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-Popular e Indigenismo na Bolívia em Perspectiva Comparada*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

CUNHA FILHO, C. M. O Novo Mapa Político Boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais. *Observador On-Line*, v.5, n.6, 2010.

HILTON, F; THOMSON, S. *Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics*. London/New York: Verso, 2007.

Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

Política Governamental

O conflito educacional e os limites da democracia chilena

Pedro Benetti

Antecedentes

No dia 5 de outubro de 1988 a população chilena foi chamada às urnas para expressar sua vontade em relação à permanência do general Augusto Pinochet no poder. A vitória do “não” abriu espaço para o processo de transição que levaria o país de volta à democracia. Passados 23 anos, os herdeiros políticos daquele regime ocupam o Palácio La Moneda e enfrentam o maior movimento popular de contestação do Chile desde então. O atual conflito educacional chileno extrapola os limites de um debate acerca do modelo de educação a ser implementado, ele representa também uma discussão acerca das estruturas que governam aquela sociedade desde a década de 1970.

O atual sistema de ensino chileno tem suas raízes no regime ditatorial liderado por Augusto Pinochet. Desde então, apesar da realização de algumas reformas pontuais, suas bases não foram alteradas. Em 1981, os ensinos públicos primário e secundário, que eram de responsabilidade do Ministério da Educação, foram transferidos para a alçada dos municípios. Da mesma

maneira, o ensino superior foi regionalizado, através de uma estratégia de desmembramento da Universidade do Chile (UC). Na ocasião, foram estabelecidas as condições para a criação de universidades privadas, inclusive com o financiamento do Estado.

A partir de então, criou-se uma divisão entre as tradicionais universidades públicas e as privadas. As primeiras são o conjunto daquelas universidades regionais criadas a partir das antigas unidades da UC somadas às universidades privadas anteriores à 1981, sem fins lucrativos. As últimas são aquelas universidades criadas no contexto da reforma do ensino superior realizada no regime militar. Segundo a legislação, as mesmas não podem ter fins lucrativos e contam com aportes significativos do Estado, na forma de financiamentos diversos. Entretanto, no decorrer das últimas três décadas, é de conhecimento público que as mesmas utilizam mecanismos jurídicos para que possam exercer suas atividades de maneira empresarial. É justamente sobre esse ponto que recai um dos mais importantes questionamentos do movimento estudantil que se desenrola no país.

Cabe ressaltar que, apesar de não terem fins lucrativos, as universidades públicas e tradicionais não são

gratuitas. Os estudantes pagam taxas para cursar o ensino superior nestas instituições, ainda que possam contar com mecanismos de financiamento subsidiados pelo Estado, como crédito estudantil.

Mobilizados desde abril de 2011, os estudantes chilenos, secundaristas e universitários, têm como principal demanda a gratuidade no ensino superior e o fim do lucro nas universidades privadas. Somadas a estas duas, diversas outras reivindicações foram apresentadas no curso dos meses de mobilização. O envolvimento de outros atores ligados à educação no debate produziu um clima propício à discussão sobre as bases do sistema de ensino chileno. Nesse sentido, é preciso compreender quais são e como se posicionam as diferentes partes envolvidas neste processo.

Conselho de Reitores das Universidades do Chile (Cruch)

O Conselho de Reitores é uma pessoa jurídica de direito público formada pelos reitores das 25 universidades públicas e tradicionais do país. Criado em 1954, o órgão é uma instância decisiva de diálogo acerca de qualquer debate educacional no país. Seu presidente, formalmente, é o ministro da Educação, mas o vice-presidente, escolhido em votação dentre as universidades, goza de relativa

autonomia frente ao governo. O Cruch foi decisivo para a adoção de algumas medidas que hoje caracterizam o sistema universitário chileno, como a Prova de Seleção Universitária (PSU), o único mecanismo de ingresso no ensino superior. Atualmente, quem ocupa essa posição é o reitor da UC, Víctor Pérez Vera. Além de Pérez, outra figura fundamental na composição do atual Cruch é o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC), Ignacio Sanchez Días.

No que diz respeito ao atual debate educacional, a posição de ambos busca afirmar a necessidade de aumento nos investimentos diretos do Estado nas universidades. Segundo os dois, é preciso diferenciar o aporte direto do Estado na instituição, dos recursos que chegam à instituição via pagamento de taxas junto aos estudantes, ainda que os mesmos sejam financiados em alguma medida pelo Estado. Ao aumentar apenas o financiamento do crédito estudantil, o Estado mantém as instituições fragilizadas. Sánchez lembra que no Chile, aproximadamente 85% dos recursos da educação superior provém das famílias, em comparação a uma taxa de aproximadamente 30% nos países que integram a OCDE. Para que sejam mantidas as atividades de pesquisa e o aprimoramento dos docentes, os reitores exigem um aumento da ordem de 50% no investimento estatal direto. Estas são

condições necessárias para o aumento da qualidade no setor.

No que diz respeito ao acesso, Pérez sustenta que o Conselho de Reitores apóia a gratuidade para os alunos que ocupem os sete primeiros décimos da classificação no PSU. Não obstante, o reitor da UC discorda da adoção de métodos alternativos de seleção dos estudantes, afirmando que os problemas da educação pública primária e secundária devem ser resolvidos dentro de seus limites, como forma de aumentar o acesso de parcelas mais vulneráveis da população ao sistema de ensino superior. Em linhas gerais, as posições do Cruch têm revelado certa simpatia à algumas bandeiras do movimento estudantil. Seus principais reitores parecem estar de acordo com a necessidade de uma reforma profunda no sistema de ensino superior. No entanto, apesar de críticas ao governo, as principais figuras do Cruch não deixam de manter posição relativamente moderada no debate, rejeitando muitas das propostas apresentadas pelos estudantes.

A Confederação de estudantes do Chile (Confech)

A Confech é a grande protagonista do movimento popular que se organizou no Chile a partir de abril de 2011. A organização reúne as federações de

estudantes das universidades que integram o Conselho de Reitores. Todas as federações devem ser democraticamente eleitas nas suas respectivas universidades. Para coordenar as ações, forma-se uma mesa executiva no início de cada ano, composta pelos presidentes de 8 federações integrantes da Confech. Na atual gestão, duas figuras se destacam como as mais expressivas no contexto das mobilizações, a presidenta da Federação de estudantes da Universidade do Chile (Fech), Camila Vallejos, e o presidente da Federação de estudantes da Universidade Católica (Feuc), Giorgio Jackson.

A Confech foi responsável pela convocação de diversas marchas e atos públicos a partir do dia 12 de maio de 2011, quando aproximadamente 15 mil estudantes protestaram contra as realidades do ensino primário, secundário e superior. Desde então, as mobilizações cresceram em quantidade de assistentes e em aprovação junto à opinião pública, segundo constatam institutos de pesquisa, como o Adimark. No mês de junho, as mesmas atingiram a marca dos cem mil manifestantes em Santiago, reunindo mais de 200 mil espalhados pelo país. Atuando como a única organização de estudantes universitários de caráter nacional, a Confech obteve sucesso no

envolvimento de todas as regiões no processo de enfrentamento ao governo. Alguns de seus quadros provêm da Juventude Comunista, como Camila Vallejos, mas sua composição é heterogênea. Na mesa executiva estão representados comunistas, independentes e os chamados "ultras", que têm posições mais à esquerda, considerados mais radicais.

Os pautas fundamentais dos estudantes universitários são (1) a reforma do sistema de acesso, (2) o aumento do gasto público no ensino superior e (3) a democratização das universidades. Dentro destes três eixos, desdobram-se temas como a utilização de mecanismos alternativos de seleção como forma de garantir maior equidade no acesso às universidades; o fim do lucro e o respeito à lei que regula as universidades privadas; o investimento direto do Estado nas universidades; a reestruturação do sistema de bolsas e créditos estudantis; a oferta de educação pública gratuita e outros. Segundo dados divulgados pelo Instituto Adimark, em pesquisa relativa ao mês de setembro de 2011, as demandas apresentadas pelos estudantes contam com o apoio de 79% da população, enquanto o tratamento conferido pelo governo ao conflito estudantil é respaldado por apenas 22% dos entrevistados.

Apesar de liderarem um movimento setorial, que articula demandas no campo da educação superior, os estudantes da Confech estão em contato com outros atores sociais, como o Colégio de Professores, presidido por Jaime Gajardo, a Central Unitária de Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional de Estudantes Secundaristas (Cones). Estas entidades também estiveram envolvidas no processo de mobilização popular pela reforma do sistema educacional chileno. Na realidade, a Cones esteve na origem das primeiras iniciativas de contestação no atual contexto. O movimento que hoje é protagonizado pelos universitários teve seus primeiros impulsos em abril, com a ocupação de colégios da rede pública. Estas ocupações, que permanecem até o presente momento se proliferaram em velocidade inesperada, atingindo mais de 200 estabelecimentos de ensino em pouco mais de uma semana. A atuação da Cones nesse processo foi fundamental.

O governo

A atuação do presidente Sebastián Piñera e de seu gabinete no conflito estudantil tem sido objeto de reprovação popular. Desde abril, quando o conflito teve início, a aprovação do governo caiu 17% e a popularidade pessoal de Piñera caiu 14%, passando de 41% para 27%. No

campo específico da educação, a gestão é avaliada de maneira negativa por 75% dos entrevistados.⁶

Para além dos dados relativos à percepção popular do governo, cabe ressaltar que não há uma linha claramente definida no que diz respeito ao debate educacional. Num primeiro momento, o governo manteve-se afastado das lideranças estudantis, bem como das outras organizações do campo, como o Cruch ou o Colégio de Professores. As marchas de estudantes foram, todas, objetos de repressão policial em alguma medida. Mesmo quando a prefeitura de Santiago autorizava os estudantes a marcharem, os conflitos com a polícia eram recorrentes.

Apenas no dia 5 de julho, aproximadamente dois meses após o começo das manifestações, o presidente do Chile anunciou um conjunto de medidas para o setor. Ele apontou para a destinação de mais recursos ao sistema de crédito estudantil e anunciou a criação de uma superintendência de ensino superior, responsável por fiscalizar a aferição de lucros por parte de universidades privadas. A resposta dos estudantes, nas ruas, veio no dia 14 de julho, quando estes reafirmaram suas bandeiras e criticaram a insuficiência dos anúncios

de Piñera. A crescente tensão produzida pelos embates entre estudantes e governo produziu mudanças significativas neste último. Diante do fracasso das estratégias adotadas para resolver o conflito, Joaquín Lavín foi substituído por Felipe Bulnes como ministro da Educação. Lavín, que já concorrera à presidência do país duas vezes pela União Demócrata Independente (UDI), é um homem profundamente ligado ao modelo de educação construído por Pinochet, tendo participado ativamente da consolidação do mesmo. Fundador da Universidade do Desenvolvimento, Lavín foi também decano de economia da Universidade de Concepción, durante o regime Pinochet.

O deslocamento de Lavín para o Ministério do Desenvolvimento Social e a convocação de Bulnes para a pasta da educação teve o objetivo de enviar um sinal de distensão aos estudantes. Bulnes representava, em teoria, uma possibilidade de diálogo. Sem interesses conflitantes na área educacional, o ex-ministro da Justiça de Piñera já enfrentara uma situação de crise na ocasião do incêndio ocorrido na penitenciária San Miguel, em dezembro de 2010. Além da mudança na educação, outras mudanças foram realizadas no gabinete ministerial, com destaque para a demissão da porta-voz da presidência, Ena Von Baer, substituída

⁶

http://www.adimark.cl/es/estudios/documentos/0_9_ev_gob_sept2011_.pdf

por Andrés Chadwik. Von Baer foi uma das mais duras críticas das manifestações levadas adiante pelos estudantes. Os primeiros resultados apresentados pela nova equipe de governo vieram na forma de uma proposta encaminhada aos estudantes no dia 27 de julho, cujo objetivo era iniciar um processo de reforma do sistema de ensino. Esta segunda proposta, composta de 21 medidas, centrava-se na questão do financiamento estudantil, assim como a anterior. Após consultas às bases, a Confech rejeitou a mesma, reiterando sua posição pelo investimento direto nas universidades e pela gratuidade do ensino. As mobilizações e os enfrentamentos com a polícia continuaram. Após uma terceira proposta de conteúdo similar, igualmente rejeitada pelos atores sociais mobilizados, o governo decidiu tomar iniciativa na construção de um diálogo com vistas à resolução do conflito.

Contudo, a mesa de diálogo formada pelo ministro da Educação, com a participação da Confech, da Cones, do Cruch e do Colégio de Professores não foi bem-sucedida. De acordo com o governo, setores radicalizados da mesa executiva da Confech foram ao encontro com o objetivo de sabotar as negociações. Após duas reuniões, a Cones, a Confech e o Colégio de Professores se retiraram da mesa de diálogo, afirmando que o governo não

revela uma disposição verdadeira de negociar.

No limite, as dificuldades da negociação estão relacionadas aos próprios interesses do governo no tema educacional, bem como à visão de mundo que os informa. O presidente Piñera, em mais de uma ocasião, afirmou ser a educação um bem de consumo. Esta perspectiva, pautada por um viés mercadológico, não pode ser conciliada com uma visão da educação como direito universal, que norteia as demandas dos estudantes. Sendo um bem, a educação deve estar disponível a quem pode pagar, ainda que o Estado possa contribuir para que mais pessoas tenham essa possibilidade. Se entendida como direito universal, a educação passa a ser uma obrigação do Estado, para além das questões econômicas, ou seja, para além da condição social de uma família. O grande problema é que, diante de um governo que sustenta posições desta natureza, não há uma alternativa representada institucionalmente.

Conclusão: os limites da democracia chilena

Nesse cenário, cabe indagar como se posicionam os dois blocos políticos que dominam a política legislativa no Chile. A relativa incapacidade dos mesmos se inserirem na dinâmica de disputa estabelecida entre governo e

movimento estudantil evidencia um esgotamento de sua capacidade de representação das forças sociais em atividade no país. É interessante notar que tanto o bloco governista, a Alianza, quanto o opositor, a Concertación, apresentaram queda significativa de sua popularidade durante o conflito. A reprovação de ambos passou dos 60% no período.

Desde abril, quando começaram as primeiras mobilizações, nem Alianza nem Concertación conseguiram formular alternativas para a crise. Nenhum dos dois blocos promoveu um exercício consistente de reflexão no tema e, principalmente, nenhum dos dois teve capacidade de dialogar de maneira franca com as forças sociais mobilizadas. A Alianza se divide entre o apoio ao governo e a adoção de iniciativas próprias. As principais lideranças da UDI e da Renovación Nacional (RN) compartilham com Piñera a noção de que o fim do lucro na educação não é realizável, além de não ser desejável. A lógica de mercado que preside as ações do presidente encontra respaldo em sua base de governo. Não obstante, a condução da crise é objeto de muitas críticas dentre os aliados. Hernán Larraín, da UDI, desempenhou o papel de principal ponte entre o governo e os estudantes, mas desaprova a falta de rumo do executivo nas negociações.

Por sua vez, a Concertación adotou iniciativas de aproximação em direção aos estudantes, como o comparecimento de algumas lideranças às marchas realizadas na capital do país. No entanto, no plano legislativo, o bloco não adotou qualquer ação concreta, oferecendo-se para uma negociação direta com o governo. As divisões internas e a pluralidade ideológica do bloco dificultam a adoção de uma posição coesa. Enquanto a Democracia Cristã (DC) e outros setores moderados têm fortes restrições ao conteúdo das demandas estudantis, outros campos mais progressistas do bloco opositor parecem paralisados pelo passado, pelos vinte anos de governo em que não puderam transformar a estrutura existente.

A Concertación, que tem dois partidos considerados progressistas na sua composição, o Partido Socialista (PS) e o Partido Pela Democracia (PPD), perdeu sua capacidade de expressão dos movimentos populares, perdeu sua capacidade de articulação das forças tradicionais da esquerda. Nesse contexto, um movimento que tem o respaldo de mais de 70% da população encontra repercussão muito reduzida no âmbito do poder legislativo. A dificuldade de penetração na política institucionalizada nos leva a indagar sobre as transformações concretas que serão alcançadas pelos

estudantes. É certo que a simpatia gerada pelo seu movimento não é fruto apenas de uma rejeição à atual configuração do sistema educacional chileno, ela se configura também como uma rejeição ao que ele representa, o legado de Pinochet na sociedade chilena. A elevada adesão popular ao movimento estudantil carrega um desejo de mudança mais geral na política chilena, algo que é apontado a cada pesquisa de aprovação das instituições e dos atores políticos do país. Passados 23 anos do plebiscito de 1988, a democracia chilena está adormecida. O grito dos estudantes manifesta o desejo de acordá-la.

Fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

Direitos Humanos

O escândalo dos capacetes azuis uruguaios no Haiti e as 'brincadeiras' dos marinheiros

Guilherme Simões Reis

Chegou ao conhecimento público um ato de extrema violência supostamente cometido por capacetes azuis uruguaios na missão de paz das

Nações Unidas no Haiti. Marinheiros que deveriam estar lá para ajudar na pacificação e na normalização da situação social do país teriam subjugado, humilhado e até mesmo abusado sexualmente de um rapaz haitiano de 18 anos, chamado Jhonny Jean Biulisseteth.

A violência supostamente ocorreu em 18 de julho de 2011 no destacamento de Port-Salut da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah, na sigla em francês), na qual as forças uruguaias têm 214 efetivos, e foi filmada por 45 segundos em celular por uma quinta pessoa. Nas imagens, de baixa definição, um grupo de pelo menos quatro soldados mantém um jovem deitado de bruços em um colchão no chão com as calças parcialmente arriadas e as mãos para trás. Um dos marinheiros aparece seminudo e chega a se inclinar sobre o haitiano, em uma situação que aparenta abuso sexual. No áudio se ouvem gargalhadas e comentários incompreensíveis⁷.

A ONU teve acesso ao vídeo em setembro, e entregou o material à chancelaria uruguaia, que o repassou ao Ministério da Defesa. Ele esteve acessível no YouTube durante algumas horas no fim de semana de 3 e 4 de setembro, mas foi retirado pelo

⁷www.dailymotion.com/video/xky1mr_rabia-tras-la-violacion-de-un-joven-por-cascos-azules_news

administrador do site por ser contrário à sua política de conteúdos. Permanece, entretanto, nas páginas de organizações não governamentais haitianas.

Um segundo vídeo veio à tona no fim de setembro. Ele mostra uma reunião na Casa Uruguay de Porto Príncipe entre Jhonny Jean, alguns familiares, os advogados estadunidenses Edwin Marger, Mike Pugliese e Bob Barr, um tradutor da ONU, o representante da Marinha Pablo Baeza e o general José María Burone, encarregado das investigações, que registrou o encontro com o consentimento dos presentes. No vídeo, o jovem haitiano reitera que foi violentado, duas vezes e por dois marinheiros, que ele identifica, e Marger tenta negociar um acordo de US\$ 5 milhões como ressarcimento pela vergonha e pelos padecimentos físicos e morais sofridos pelo jovem e sua família. Marger repetiu a exigência depois, sugerindo que era mais conveniente para a imagem internacional do Uruguai que fosse paga a indenização e se evitasse a realização do depoimento. Dos US\$ 5 milhões, US\$ 2 milhões ficariam com os advogados. O governo já respondeu que não existe qualquer possibilidade de acordo extrajudicial. O ministro da Defesa, Eleuterio Fernández Huidobro, classificou a atitude do advogado como uma chantagem e considerou Jhonny Jean como duplamente vítima.

Marger, ex-deputado republicano e ex-candidato à Presidência dos EUA pelo Partido Libertário, é o líder de um importante escritório de advocacia que defende Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier, filho do também ex-ditador François "Papa Doc" Duvalier, quem também era seu cliente. Seu escritório liderou ainda a ofensiva contra Bill Clinton no caso Monica Lewinsky e representa legalmente o grupo paramilitar Tonton Macoute, ligado a Baby Doc e Papa Doc e opositor da Minustah.

As investigações

Em seus informes preliminares, datados de agosto, as Nações Unidas, o Ministério da Defesa e a Marinha do Uruguai descartaram que tenha havido abuso sexual, mas sim um desrespeito ao código de conduta das Nações Unidas, que não permite a presença de civis locais nas bases militares. A investigação preliminar da Marinha concluiu que tudo foi uma brincadeira dos marinheiros com um morador local com quem tinham "relação de vizinhança e relativa amizade". Em todas as investigações preliminares, Jhonny Jean não foi ouvido.

A ONG haitiana Escritório Nacional de Defesa dos Direitos Humanos do Haiti, no entanto, realizou uma investigação própria e concluiu que não apenas o jovem foi estuprado como a violência

teria sido filmada no celular por um oficial da Marinha. Segundo a ONG divulgou em 5 de setembro, o jovem vive próximo à base e havia participado de uma partida de futebol organizada pelo batalhão de militares uruguaios. Ele estaria voltando para casa quando um dos soldados o teria obrigado a entrar na base. Lá ele teria sido levado a um quarto onde se encontravam outros quatro marinheiros e teria sido sodomizado por dois deles. O informe menciona um parecer médico do Hospital Comunitário de Referência de Port-Salut, de 30 de agosto, um mês após o ocorrido, que afirma que a vítima “apresenta uma laceração de dois milímetros na zona anal”, recomendando que realize exames para identificar a possível transmissão de doenças venéreas. A ONG entrevistou o jovem, sua mãe e seu padrasto.

O documento da ONG haitiana explicita, além do caso específico, o problema mais geral da forma assimétrica com que os países que realizam a intervenção se relacionam com os cidadãos locais. Segundo o informe, os capacetes azuis uruguaios trocam, com menores residentes nas proximidades da base, comida por sexo, droga, cartões para celular, álcool e cigarros.

A situação é tão grave que tanto “El País” como “La República”, os

principais diários uruguaios – que, pelo conservadorismo opositor de um e pelo partidarismo frente-amplista do outro, não costumam divulgar com o mesmo destaque as mesmas notícias – repercutiram igualmente o ocorrido, pelo menos em um primeiro momento.

Em 5 de setembro, o ministro da Defesa, Fernández Huidobro, explicou que o vídeo era conhecido há meses nas redes sociais, mas ainda não se sabia que se tratavam de soldados uruguaios. Após a difusão do material, o comandante-em-chefe da Marinha, o contra-almirante Alberto Caramés, destituiu o capitão naval Fernando Pérez Arana, que liderava o destacamento, e prometeu “medidas severas e rigorosas do ponto de vista disciplinar”. Ricardo Barboza, que tem a mesma patente, foi designado para substituí-lo.

O porta-voz da Marinha, capitão de fragata Sergio Bique, declarou que a orientação de Caramés era, se confirmada a culpa, a de aplicar as penas máximas previstas nos códigos de regulamento, com a expulsão desonrosa dos quadros da Marinha, incluindo a perda dos direitos de aposentadoria militar. Ocorreram pelo menos seis diferentes investigações do caso, empreendidas pelas Nações Unidas, pelo Ministério da Defesa, pela Marinha, e pela Justiça comum e militar do Uruguai, além de um

tribunal haitiano que reivindicava julgar os acusados. Um acordo entre os países que integram a Minustah estabelece que supostos delitos cometidos por militares devem ser julgados nos países de origem dos acusados.

A Marinha emitiu um comunicado, no início de setembro, em que relatava que começou investigações urgentes tão logo se soube da existência do vídeo e que menos de 24 horas depois suas conclusões foram levadas às autoridades da ONU e do Ministério da Defesa. Segundo o memorando, foram tomadas medidas complementares para aprofundar a investigação e alcançar maior transparência, como a convocação de um Conselho de Disciplina Militar para ir ao Haiti por meio de um decreto do Poder Executivo, bem como o início do processo de repatriação de todos os marinheiros envolvidos. A Marinha uruguaia havia decidido pela repatriação imediata dos marinheiros envolvidos, mas a ONU, naquele primeiro momento, decidiu mantê-los presos e incomunicáveis, para seguir com sua segunda investigação para determinar as responsabilidades.

Em 16 de setembro, os cinco marinheiros foram trasladados do Haiti para o Uruguai, onde se mantiveram presos e incomunicáveis na detenção da Escola Naval de Carrasco por 48 horas. Após esse

período, eles foram interrogados e julgados pelo juiz militar Washington Vigliola, que havia sido enviado ao país caribenho para iniciar a investigação. Como seus depoimentos tinham inconsistências, foi realizada uma acareação entre eles e, às 23 horas, foi determinado que cumprissem pena por infrações previstas no Código Penal Militar.

A Justiça Militar confirmou a conclusão da investigação preliminar, declarando que os cinco marinheiros não estupraram o jovem haitiano. Segundo declarou o próprio presidente do Supremo Tribunal Militar, o general da reserva Julio Halty, a conclusão do juiz militar, que coincide com os resultados das primeiras investigações da ONU, do Ministério da Defesa e da Marinha uruguaia, é o de que não foram encontrados indícios de que tenha havido estupro nem nos elementos de prova existentes, nem nas declarações das testemunhas ouvidas. Entre estas não esteve a vítima da agressão, em qualquer das investigações mencionadas.

Os cinco foram declarados culpados por delitos muito graves na ótica militar, mas secundários se considerado que um eventual estupro por capacetes azuis de um cidadão de um país fragilizado seria algo bem mais digno de atenção. Um dos cinco processados foi condenado por

“omissão no serviço”, previsto no artigo 47 do Código Penal Militar. Os demais foram condenados por “desobediência”, delito previsto no artigo 37, e a um destes recaiu a culpa por um segundo delito, “abandono do seu posto”, artigo 46 do CPM. A infração dessas normas militares pode levar a uma condenação de quatro meses a quatro anos de prisão. Os réus passaram, então, à consideração do Supremo Tribunal Militar, que decidirá sobre a sua exclusão dos quadros militares e perda do direito às pensões próprias à categoria.

Ocorre também um julgamento na órbita da Justiça civil, em função da denúncia penal realizada pelo Ministério da Defesa. O ministro Fernández Huidobro disse que o fato comprometia as forças armadas e o país e declarou que era preciso “ir até o osso na investigação”. O fiscal Eduardo Fernández Dovat, da Justiça civil, afirmou em 18 de setembro que a decisão tomada pela Justiça Militar não influi na investigação civil, pois se limitou a investigar se houve delitos militares. Acrescentou que em qualquer denúncia por suposto estupro a primeira medida a ser tomada é interrogar a vítima. Por isso, solicitou à Justiça que seja providenciado um sistema de vídeo-conferência para interrogar o jovem haitiano, sem que ele precise sair do seu país.

Gustavo Bordes, um dos advogados que defende quatro dos cinco marinheiros, argumentou que não apenas não há qualquer indício de abuso sexual no vídeo como “a suposta vítima jamais disse que houve, não apresentou denúncia e continuou indo ao local por mais de um mês”. Pouco depois, no entanto, veio à tona o vídeo em que Jhonny Jean reitera ter sido violentado e em que seus advogados estadunidenses pressionam o governo uruguaio a pagar US\$ 5 milhões para encerrar o caso. O fiscal Fernández Dovat afirma que as declarações de Jhonny Jean no vídeo não são válidas para a Justiça uruguaia porque não foram realizadas diante de um magistrado nacional. Se o jovem, que até aquele momento não estava sendo localizado, não quisesse dar depoimento, no entanto, o caso seria encerrado.

O futuro da missão

A Minustah começou em 30 de abril de 2004, visando a restaurar a ordem no Haiti após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide e a escalada de violência. O Brasil exerce o comando militar da missão e o Uruguai, hoje, tem a vice-liderança. A Minustah conta com 12.200 efetivos, 900 deles uruguaio. Ela é integrada por 18 países, metade deles latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai.

Em 5 de setembro, o presidente do Haiti, Michel Martelly, classificou o ato dos capacetes azuis uruguaios como "repugnante" e pediu à ONU que reduza sua presença no país e que suas tropas se concentrem mais no desenvolvimento do que na segurança pública, pois as prioridades são a educação e a criação de empregos. No dia seguinte, o presidente do Uruguai, José Mujica, e o ministro da Defesa, Fernández Huidobro, enviaram uma carta ao governante haitiano, pedindo desculpas pelo ocorrido e prometendo investigar até as últimas consequências e aplicar as máximas sanções aos responsáveis.

A tentativa de salvar a imagem da missão no Haiti e, no caso dos uruguaios, de suas Forças Armadas, é o que dá o tom das declarações oficiais da Marinha e do governo do Uruguai e também da ONU. Em meio às repercussões da divulgação do vídeo, tanto Mujica como Fernández Huidobro chamaram a atenção para o prestígio do Uruguai nas missões internacionais da ONU, ambos destacando seus números: cerca de 35 mil efetivos, 40 mortos, muitos feridos e amputados.

Pelo lado da ONU, o secretário geral Ban Ki-moon emitiu comunicado elogiando a "rapidez e responsabilidade" com atuou o governo de Mujica para esclarecer o ocorrido. Susan McDade,

coordenadora residente das Nações Unidas no Uruguai, enfatizou que o episódio, por mais grave que seja, não é representativo da conduta dos militares uruguaios nas missões de paz em nível mundial.

O chefe das forças militares no Haiti, o brasileiro Luís Ramos Baptista Pereira, enviou carta a Fernández Huidobro enfatizando a rapidez e a transparência com que teriam atuado as tropas e o governo uruguaios, e emendou: "apesar do impacto na opinião pública, a incompreensível conduta de cinco indivíduos não pode ofuscar o destacado e permanente trabalho que seus compatriotas estão desenvolvendo a serviço da ONU no Haiti".

O chefe da Marinha, Alberto Caramés, declarou que não permitiria maus tratos, infâmias e desonras em qualquer circunstância e argumentou que "são uns poucos" os que tomaram parte desses atos, devendo-se destacar a "tarefa anônima" que os efetivos uruguaios realizam dia após dia no país caribenho. O porta-voz da Marinha, Sergio Bique, acrescentou que a instituição não permitirá que "uns poucos integrantes que cometam transgressões desse tipo afetem o alto prestígio e o excelente relacionamento com a população local".

Em encontro, em 8 de setembro, em Montevideu, do chefe da Minustah, o chileno Mariano Fernández, com ministros de Defesa e das Relações Exteriores dos países da Unasul, foi decidida a retirada gradativa dos seus efetivos a partir de 2012. A princípio, a ideia é reduzir 2 mil pessoas, além de substituir parte dos militares restantes por pessoal civil. Pretende-se que o número de efetivos volte a ser o mesmo de antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. O prazo de permanência da Minustah termina em 15 de outubro e Ban Ki-moon recomendou ao Conselho de Segurança da ONU a extensão por mais um ano, até 15 de outubro de 2012, mas com uma redução gradual de 2.750 militares e civis.

Preocupação uruguaia com o narcotráfico

O primeiro local de redução da presença de capacetes azuis é Port-Salut, onde ocorreu a violência dos marinheiros uruguaianos registrada em vídeo. O chefe da ONU no Haiti, Mariano Fernández, afirmou que a situação social no sul do país é calma, com baixa criminalidade, não mais se justificando uma presença militar, talvez apenas uma força policial. O ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, pediu que a missão de paz no Haiti não fosse contaminada por esse episódio específico.

Em sua declaração em 6 de setembro, Mujica chamou a atenção para o “estado social” do Haiti, de vulnerabilidade. Segundo ele, a sociedade haitiana está desarmada nas mãos do tráfico de drogas, que, espalhado pelos mares do Haiti, usa intensamente o país como trampolim, e que o Uruguai e os demais países envolvidos na missão de paz não podem esperar que a França e os Estados Unidos intervenham “em nome da humanidade”

No mesmo dia, o ministro Fernández Huidobro chegou a sugerir, no Parlamento, que a aparição pública do primeiro vídeo e sua repercussão mundial possam ter sido orquestradas pelos cartéis do narcotráfico que atuam na área e têm o Haiti como área de difusão da droga no Caribe. Ele sugeriu que o fato de a data de renovação do programa Minustah estar próxima é uma oportunidade para aqueles incomodados com a presença de tropas uruguaianas na zona Sul do Haiti, em Port-Salut, tentarem minar o prestígio do Uruguai para reduzir sua presença na missão. Tal incômodo se deveria ao fato de elas “evitem algumas atividades” e “estarem em um lugar onde se movem pacotes grandes”. Por isso, ainda que afirmando que o episódio é gravíssimo e a prioridade é reparar a vítima e pedir desculpas aos haitianos, destacou que o Ministério da Defesa busca descobrir “para quem

filmavam, como chegou o material audiovisual à população civil, a responsabilidade do comando, se há troca econômica envolvida”.

Ao mesmo tempo, apesar de reconhecer o caráter temporário da Minustah, o ministro observou que a meta de ajudar o Haiti a recuperar a institucionalidade ainda não está completa e que os próprios informes das autoridades haitianas consultadas apontam que é muito difícil realizar a retirada das tropas agora. Em outubro, após a veiculação do segundo vídeo, Fernández Huidobro chamou a atenção para o fato de os mesmos advogados do ex-ditador Baby Doc, que está de volta ao Haiti, representarem o jovem supostamente violentado e trabalharem para prejudicar a imagem do Uruguai.

Brincadeiras de marinheiro e o *ethos* militar

Para além da questão de o tráfico de drogas estar ou não envolvido na difusão do vídeo com o intuito de tirar a credibilidade da Minustah ou de simplesmente os advogados de ex-ditadores terem visto no caso uma oportunidade de obter uma polpuda comissão às custas do governo uruguaio, um problema que veio à tona é o do *ethos* militar. Dentro dessa lógica, pune-se um soldado que não estava na torre de vigília mas se

minimiza a gravidade de uma tortura ou abuso sexual.

Desde sua investigação preliminar, a Marinha sustentou a versão de que o episódio foi uma “brincadeira” dos marinheiros com o rapaz haitiano, vizinho da base militar. Em 5 de setembro, o chefe de Relações Públicas da Marinha, capitão de fragata Sergio Bique, também classificou o episódio como “uma brincadeira de mau gosto”. No dia seguinte, Fernández Huidobro anunciou no Parlamento que ordenou ao almirante Alberto Caramés, chefe de Marinha, que proibisse o uso da palavra “brincadeira” para se referir ao que estava registrado no vídeo. Fernández Huidobro foi enfático ao negar que o ocorrido tenha sido uma brincadeira, havendo, sim, uma agressão, agravada pelo fato de ter sido filmada e distribuída por diversão.

Ainda assim, o termo “brincadeira” voltou. A advogada de ofício da Justiça Militar que defendeu os cinco réus, Teresa Beltrán, diria em 19 de setembro que o ocorrido se enquadra “na conduta humana, geralmente masculina, de fazer certas brincadeiras, ainda que esta não seja a qualificação mais adequada” para tais atitudes. Outro advogado, Gastón Chaves Hontou, que defendeu quatro dos cinco marinheiros na Justiça civil juntamente com seu sócio, Gustavo

Bordes, em 23 de setembro, afirmou que “goste disto ou não” o ministro Fernández Huidobro, o que houve não foi um abuso ou algo grave, mas uma brincadeira, em que foram feitas cócegas e dados golpes de cinto, e que se foi ou não de mau gosto é outra história. Ironizou ainda: “Talvez sejam mais graves as despedidas de solteiro do que o que fizeram com esse menino haitiano.”

Se Jhonny Jean foi violentado ou se foi “apenas” subjugado, amarrado e açoitado com um cinto é algo que importa por suas diferentes gravidades, mas nas duas possibilidades tem-se a manifestação de um mesmo *ethos* militar. As “brincadeiras” envolvem virilidade, demonstração de força, subjugo do mais fraco. O retrato ficcional no filme “Nascido para Matar” de Stanley Kubrick não é necessariamente mais pesado que a realidade. Segundo a porta-voz da Marinha dos EUA, Alana Garas, foram relatados 611 estupros na corporação no ano fiscal de 2010. Além disso, estudos oficiais realizados no país indicam que 90% das militares estadunidenses sofrem assédio sexual em algum momento da carreira e 30% são estupradas pelos colegas. No Brasil, em um quartel do Exército em Santa Maria (RS), um soldado de 19 anos foi atacado enquanto fazia faxina e seguidamente violentado em rodízio por quatro colegas em 19 de maio de 2011.

Um documento da Marcha Mundial das Mulheres de 2010 levanta o problema do uso das mulheres e de seus corpos como despojo de guerra, moedas de troca ou repouso do guerreiro e aponta os capacetes azuis da ONU como constantes “perpetradores da violência contra as mulheres em situações de conflitos”. Além disso, acusa a instituição militar de contribuir para o machismo destacando os elementos do seu *ethos*: “hierarquização do poder, culto ao chefe e sua dominação, obediência, violência física, ausência de espírito crítico, um círculo fechado dos ‘garotos’, [...] modelo de masculinidade associado à força e agressividade”.

Dentro da Frente Ampla, o Partido Comunista (PCU), que é seu membro desde sua fundação em 1971, defendeu o fechamento do Liceu Militar, atribuindo a violência contra o jovem haitiano a um problema na formação dos militares. Segundo o comunista Jorge Castro, a formação dos futuros militares deveria ocorrer juntamente com os demais adolescentes, tal como em qualquer profissão civil, pois a ausência de uma formação pública comum não faz bem ao espírito democrático e ao projeto de país integrador.

O deputado Esteban Pérez, do Movimento de Participação Popular (MPP), o maior setor da Frente Ampla,

favorável à substituição dos militares por policiais nas missões de paz, afirmou, por sua vez, que a educação que recebem os militares está “impregnada da doutrina da segurança nacional da ditadura”, de modo que eles são “preparados para torturar”, e sua convivência com oficiais com “cabeça de imperialista” leva ao desprezo pelos povos dos países ocupados.

Em 28 de abril de 2011 o governo frente-amplista adotou outra medida para reduzir o impacto desse *ethos* militar na sociedade: instituiu o Conselho de Defesa Nacional (Codena), com o qual o desenvolvimento das políticas de defesa deixa de ser primariamente uma responsabilidade das Forças Armadas e passa para o controle civil. O ministro da Defesa, Luis Rosadilla, explicou que é necessária uma interinstitucionalidade da política de defesa com o envolvimento de toda a sociedade, pois as ameaças não têm necessariamente de ser de caráter militar e, portanto, não precisam ter sempre uma resposta militar.

Fontes

Observatório Político Sul Americano.
Banco de eventos. Disponível em:
www.opsa.com.br

Monitor Eleitoral

Eleições Argentinas: inovações procedimentais e novidades políticas⁸

Ana Carolina Vieira de Oliveira

Em 14 de agosto de 2011, ocorreram na Argentina as chamadas Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO). As pré-eleições, tal como apontado por diversos meios de comunicação do país, foram as primeiras a ocorrer em toda a história eleitoral argentina. É uma inauguração que serviu para definir os candidatos que poderiam participar das eleições gerais a serem realizadas em 23 de outubro de 2011.

Nas primárias, foram decididos os futuros de candidatos a presidente, vice-presidente e deputados em todas as províncias argentinas. Já para os cargos de senadores, apenas os candidatos de Buenos Aires, Formosa, Jujuy, La Rioja, Misiones, San Juan e Santa Cruz tiveram sua capacidade de angariar votos testada em agosto.

Isso porque para se candidatarem às eleições em outubro, os aspirantes a deputados e senadores, representantes de diversos partidos ou alianças, deveriam ter pelo menos

⁸ O resultado do pleito eleitoral argentino ainda não haviam sido divulgado quando do recebimento desse artigo. No próximo número do Boletim OPSA, de dezembro de 2011, daremos seguimento ao “monitor eleitoral” apresentando o resultado final das eleições.

1,5% dos votos de cada distrito que concorreriam. Abaixo dessa meta, eram impedidos de participar das eleições gerais de outubro. Para as chapas de presidente e vice-presidente, a situação se tornava mais complexa: o objetivo de 1,5% deveria ser alcançado em todo o país.

Por mais que 1,5% em termos nacionais possa parecer fácil de ser conseguido em termos numéricos, a tarefa de um candidato em convencer a população a acreditar em seu programa e em sua própria imagem não é tão simples assim. Pode-se dizer isso primeiramente porque o clima de campanha dos candidatos para as primárias se assemelha ao das eleições nacionais de outubro. Prova disso foram os diversos encontros entre candidatos e seus respectivos apoiadores, assim como tentativas de formação de alianças e um debate televisivo com os candidatos a vice-presidente em 03 de agosto. De fato, os concorrentes estavam se preparando para a primeira fase das eleições finais. Se pudéssemos falar em eleições com três turnos, esse seria o primeiro.

Em segundo lugar, e corroborando a noção apresentada anteriormente, as primárias funcionaram como etapa eliminatória para outubro. E nem todos os candidatos passaram por essa fase vitoriosos. Para concorrer em 14 de agosto, foram apresentadas

10 chapas ao tribunal eleitoral, com os nomes dos seguintes candidatos: a atual presidente Cristina Kirchner, Eduardo Duhalde, Ricardo Alfonsín, Elisa Carrió, Jorge Altamira, Hermes Binner, Alicia Argumedo, Sergio Pastores, Alberto Rodriguez Súa e José Bonacci. No entanto, o resultado das primárias foi desfavorável para Argumedo, candidata da Proposta Republicana (PRO), que não alcançou a meta de 1,5%. José Bonacci e Sergio Pastore acompanharam o resultado de Argumedo, não conseguindo chegar nem a 1% dos votos.

Ao contrário, Kirchner superou as expectativas de pesquisas de opinião anteriores⁹. A presidente saiu na frente nos resultados das primárias, com mais de 50% dos votos dos eleitores. Na capital, Buenos Aires, o resultado chegou a 54%; e em Santiago del Estero, a vantagem da mandatária foi impressionante, com 80% dos votos. Na verdade, Kirchner teve uma atuação espantosa, sendo a mais votada em praticamente todas as províncias, com exceção de San Luís, aonde Rodriguez Súa teve a liderança.

⁹ Em 03 de agosto, a consultoria Graciela Römer & Asociados apresentou os resultados de uma pesquisa de opinião na qual a presidente Cristina Kirchner aparecia com 40% das intenções de voto, seguida por Ricardo Alfonsín, com quase 16%. Duhalde figurou em terceiro, com 10% das intenções de voto.

Houve quem questionasse o resultado das primárias, denunciando um número maior de votos que o número de votantes. No entanto, tais especulações não se comprovaram no resultado oficial divulgado em 30 de agosto, em que Kirchner alcançou 50,23% dos votos. Seguindo a tendência das pesquisas anteriores, Alfonsín chegou aos 12,2% e Duhalde aos 12,12%, demonstrando um empate técnico. Binner alcançou 10,18%, Súa angariou 8,17%, Altamira chegou aos 2,35%, e Elisa Carrió chegou a um resultado amargo, com apenas 3,2% dos votos. Nunca antes em sua carreira política, a deputada havia conseguido um resultado tão mínimo, principalmente se comparado às eleições de 2007, em que ficou em segundo lugar na escolha para presidente, com mais de 20% da preferência da população.

Ao longo desses dois meses, antes das eleições gerais, foi possível que ocorressem mudanças causadas pela diminuição de candidatos e pelas campanhas realizadas por aqueles que permaneceram na disputa. Nesse aspecto, podemos enxergar duas situações. A primeira diz respeito ao fortalecimento da campanha de Hermes Binner, que já em setembro tinha ultrapassado Alfonsín e Duhalde nas intenções de voto¹⁰. Nas últimas

pesquisas de opinião divulgadas pela consultoria Equis no início de outubro de 2011, não apenas Binner havia ultrapassado os outros candidatos, como Rodriguez Súa havia seguido a mesma tendência do adversário do Partido Socialista.

Nessa pesquisa, Binner estaria com 15,6% das intenções de voto e Rodriguez Súa com 11,2%, respectivamente em segundo e terceiro lugares. Já Alfonsín e Duhalde perderam a preferência eleitoral e amargariam a quarta e quinta posições, com 8,2% e 6,8%. Seguindo a tendência anterior, Carrió apareceu em sexto lugar, com 1,5% dos votos, enquanto Altamira figurava com 1,4%.

A segunda situação pode ser vista também segundo esta pesquisa de opinião. Ao longo dos meses de campanha pós-primárias, a imagem de Kirchner só fez se fortalecer. De acordo com a Equis, a mandatária estaria com mais de 55% das intenções de voto, e mesmo Binner em ascensão não conseguiria diminuir a vantagem de mais de 40 pontos percentuais que Kirchner havia conseguido. As primárias não apenas estavam sendo confirmadas, como a preferência nacional em Kirchner estava muito mais clara. Se havia alguma dúvida que a mandatária

¹⁰ Uma pesquisa de opinião apresentada pela consultoria Nueva Comunicación no início de setembro de 2011 mostrou a presidente com

mais de 53% das intenções de voto. Hermes Binner, candidato socialista, apareceu já em segundo lugar, com 16% em média.

pudesse vencer no primeiro turno, a menos de um mês para as eleições tal dúvida se tornava praticamente uma certeza.

Além das preferências para as eleições presidenciais, o kirchnerismo se mostra forte também nas províncias onde se elegeram governadores de maneira autônoma, antes das eleições nacionais de 23 de outubro. Treze províncias já elegeram seus governantes, faltando nove, que serão decididos juntamente com as eleições presidenciais. Kirchner, se reeleita, possivelmente contará a partir de dezembro de 2011, com o maior apoio já conseguido por um presidente desde a volta da democracia, na década de 1980. Quase vinte governos seriam aliados de forma direta ou indireta à Casa Rosada, dentre aqueles que já elegeram ou que elegerão seus governadores em outubro.

Em 13 de março de 2011, na primeira eleição a governador do ano, em Catamarca, Lucía Corpacci, integrante da Frente para a Vitória – mesma coligação da presidente Kirchner – se elegeu com mais de 48% de votos depois de vinte anos de hegemonia da União Cívica Radical (UCR) na província. Corpacci venceu Eduardo Brizuela del Moral, da Frente Cívica Social, que tentava a reeleição pela segunda vez. A vantagem foi de cerca

de 4 pontos percentuais, com Brizuela conseguindo 44,1% dos votos.

Seguindo a informação das províncias que já elegeram seus governadores, em 10 de abril de 2011, Salta, localizada ao norte da Argentina, reelegeu Juan Manuel Uturbey para governador. Uturbey, candidato da Frente Justicialista Renovadora da Vitória, ganhou com 56,47%. Em segundo lugar estava o conservador Alfredo Olmedo, representante da coligação Salta Somos Todos, com 25,64%. Em terceiro figurava o ex-vice governador de Salta, Walter Wayar, com apenas 8,78%. Com menos votos, estavam o Partido Obrero, com 2,76% dos votos, o Proyecto Sur, com 2,05%, e a União Cívica Radical, com apenas 1,85%.

Integrante do Partido Justicialista, Uturbey procurou não estabelecer vínculos com Kirchner em suas propagandas e comícios. Chegou inclusive a confessar que não tinha como absoluto o respaldo do governo nacional, uma vez que setores da Casa Rosada apoiavam a Wayar. No entanto, em maio, Uturbey em pronunciamento já afirmou dar total respaldo à candidatura e reeleição da presidente Kirchner, candidatura que àquele momento não estava ainda confirmada.

Em 29 de maio de 2011, foram decididos os governadores nas

eleições nas províncias de Chubut e de La Rioja. Em Chubut, o candidato do Modelo Chubut, Martín Buzzi, venceu o candidato da coligação Frente para Vitória, Carlos Elicerce, conseguindo apenas 384 votos a mais que o oficialista (36,71% dos votos contra 36,57%). Esse resultado se mostrou depois de problemas gerados na província em 20 de março de 2011, quando suspeitas de fraude na primeira eleição realizada forçaram o cumprimento de eleições complementares em apenas quatro localidades da província.

Nas eleições de março, Buzzi, candidato do atual governador de Chubut, Mario das Neves, venceu os outros adversários e foi considerado eleito, segundo os dados oficiais. No entanto, Eliceche questionou os votos que o separavam de Buzzi, alegando fraude eleitoral. Após várias tentativas do oficialismo de impugnar mesas, o Tribunal Eleitoral de Chubut (TEC) recontou votos em algumas localidades como Comoro Rivadavia e Puerto Madryn; e a diferença entre os candidatos diminuiu até chegar a apenas 436 votos. Com isso, o TEC optou pela anulação de seis mesas e pela realização de eleições complementares nas mesmas, somando quase dois mil eleitores.

Já em La Rioja, Luis Beder Herrera, do Frente Justicialista para a Vitória, venceu seus opositores, conseguindo

67,2% dos votos e se reelegendo na província. Julio Martínez, da Frente Cívica pela Mudança, alcançou 19,6%. Já o ex-governador de La Rioja, Angel Maza, da Frente União Riojana, ficou com apenas 10,86% dos votos. A província, assim como vem optando por um peronista para governador desde a redemocratização, elegeu Herrera contra Martínez, um forte candidato que reunia a aliança entre o socialismo, PRO e UCR, opositores ao governo nacional.

Em 12 de junho, foi eleito o segundo candidato que não tinha respaldo direto do governo nacional. Jorge Sapag, do Movimento Popular Neuquino, aliança que governa a província de Neuquén por volta de 50 anos, foi eleito para seu segundo mandato consecutivo em meio a especulações de que as eleições na província seriam postergadas devido ao Vulcão chileno Puyehue, que paralisou aeroportos argentinos e prejudicou diversas cidades do país e de outras regiões da América do Sul. Concorrendo com Sapag, esteve o radical Martín Farizano, da Frente Neuquina, que é prefeito da cidade de Neuquén, capital da província, e aliado do kirchnerismo. Sapag venceu com mais de 45% dos votos, abrindo uma diferença de mais de 10 pontos a seus concorrentes, que também incluía Ricardo Villar, da Coalizão Cívica, e Paula Sánchez, do Livres do Sul.

Em Misiones, em 26 de junho, Maurice Closs conseguiu a reeleição como governador. A diferença de votos com o segundo colocado foi grande, chegando aos 80% em determinados momentos da contagem. Closs, apesar de ser originalmente radical, afirmou se encontrar identificado com o projeto do governo nacional, de Kirchner. Seus opositores não passaram dos 5%, como o candidato da UCR Luis Pastori, e Ricardo Andruszyszyn, da Frente da Esperança. Closs era da Frente Renovadora da Concordia, uma coalizão formada por peronistas e radicais alinhados ao governo. Também concorria Ricardo Biazze, do Partido Agrário e Social.

Também em 26 de junho, Tierra del Fuego votou para eleger seu governador, que nestas eleições esteve em mãos de duas mulheres. A primeira foi Fabiana Ríos, que tentava a reeleição. Sua principal concorrente foi a deputada federal Rosana Bertone, favorita da presidente Kirchner. Além delas, concorreram Adrián Fernández, do Partido Justicialista, José Martínez, da aliança Encontro Popular, e Roque Fernández, da Sociedade Justa.

No primeiro turno, Bertone, que teve seu vice escolhido por Kirchner – Martín Pérez -, conseguiu cerca de 10% a mais de votos que Ríos, ficando com pouco mais de 43%. Mas

esse resultado não impediu o segundo turno, que ocorreu em 03 de julho. Nessas eleições, porém, Ríos, da aliança Partido Social Patagônico, acabou ganhando e conseguindo sua reeleição, com 50,22% dos votos. Bertone ficou com 48,91% dos votos. A diferença não chegou nem a mil votos.

Em 10 de julho, foi realizado o primeiro turno de uma das eleições mais importantes do país: o da prefeitura da capital argentina, Buenos Aires. Assim como demonstraram pesquisas de opinião¹¹, Maurício Macri, já prefeito da capital, mostrou sua vantagem sobre seus adversários. O candidato do PRO ficou com 47% dos mais de 2 milhões de votos da cidade, enquanto Filmus, da Frente para a Vitória, obteve 28% dos votos. Com a necessidade do segundo turno, em 31 de julho ocorreram novas eleições, que consagraram Macri com mais quatro anos de governo na capital. Macri conseguiu 64,25% dos votos, enquanto o candidato do governo nacional ficou com 35,75%.

Em 24 de julho, em Santa Fé, o socialista Antonio Bonfatti, o kirchnerista Augustín Rossi e o

¹¹ Na semana de 02 de julho de 2011, o Ibarometro realizou uma pesquisa com 1200 pessoas e mostrou que Macri e sua vice María Eugenia Vidal ficariam com 36% de votos, com 31% da dobradinha Filmus e Carlos Tomada, da Frente para a Vitória. Já Piño Solanas, do Projeto Sul, aparecia apenas com 12% das intenções de votos.

integrante do PRO, Miguel del Sel, foram os principais candidatos que concorreram nas eleições para governador daquela província, considerada a quarta mais importante do país. Nestas eleições, o partido de Kirchner amargou outra derrota, logo após a vitória de Macri sobre Filmus no primeiro turno em Buenos Aires. O candidato do governo ficou em terceiro lugar, com 22,2% dos votos e foi a maior derrota do kirchnerismo nas eleições de 2011. Del Sel ficou com o segundo lugar, com 35,2% dos votos. O grande vencedor, Bonfatti, conquistou 38,7% dos votos, e consolidou a liderança do socialismo na província, que existe há mais de 20 anos.

Depois de vitórias seguidas da oposição, os aliados ao governo voltaram a ganhar em suas respectivas províncias. Em 07 de agosto, em Córdoba, foram realizadas eleições que, em meio a 12 listas inscritas, lançaram o peronista e aliado ao governo, Juan Manuel de la Sota, o candidato da Frente Cívica, Luis Juez e Oscar Aguad, candidato da UCR. O resultado foi favorável ao kirchnerismo, uma vez que de la Sota foi eleito pela terceira vez, não-consecutiva, com 46,02% dos votos. Juez esteve em segundo lugar, com 25,6%, seguido de Aguad, com 23,99% dos votos da população.

Já em Tucumán, o governador José Alperovich conseguiu seu terceiro mandato na província. O candidato da Frente para a Vitória disputou as eleições com a candidata do Partido Projeto Popular, Stella Maris Córdoba, o senador José Manuel Cano, e mais dez outros candidatos, dentre eles os irmãos Ricardo e Luis José Bussi. Alperovich, que governa desde 2003, conseguiu aprovação da Corte Suprema da província para tentar a re-reeleição e, em 2006, alterou a constituição da província para que isso fosse possível. Em 28 de agosto ocorreram oficialmente as eleições em Tucumán, e Alperovich conseguiu a vitória com ampla margem de diferença, alcançando quase 70% dos votos. Cano ficou em segundo lugar, mas não chegou nem aos 20% dos votos.

A penúltima província a decidir o cargo de governador foi o Chaco, onde as eleições foram decididas em 18 de setembro. Nelas, Jorge Capitanich buscou a reeleição contra o senador radical Roy Nikisch, da Aliança Frente de Todos, o candidato Carlos Martínez do Livres do Sul, e Danilo Legal, do Projeto Sul. De fato, o aliado de Kirchner conseguiu a vitória com o dobro de diferença do segundo colocado, Nikisch. Capitanich, da Frente Chaco Merece Mais, permaneceu com 66,6% dos votos.

A última parada antes das eleições gerais se deu em Río Negro, onde o peronista Carlos Soria venceu as eleições de 25 de setembro sobre o radical César Barbeito, cujo partido estivera no poder na província há quase 30 anos. Soria, da Frente para Vitória, alcançou 51,4% dos votos da população e Barbeito, da Aliança Concertação para o Desenvolvimento alcançou 34%. Magdalena Odarda, da Coalizão Cívica, conseguiu 5,72%. E Omar Lehner, da Confluência para a Emancipação Rionegrina – uma aliança do Partido Socialista, do Projeto Sul e de outros partidos – conseguiu apenas 5,39%.

Nove províncias ainda votarão em seus governadores¹² em outubro, mas em sua maioria, o oficialismo parece seguir a mesma tendência das outras províncias que já tiveram suas eleições. As pesquisas indicam que o resultado favorável ao kirchnerismo seja ainda maior nessas províncias que ainda não elegeram seus governadores, uma vez que apenas San Luis parece levar para uma vitória das forças de Rodríguez Sáa. O fato é que nunca antes na história argentina, um presidente havia tido tantas chances reais de vencer não apenas nas eleições nacionais, como nas regionais, indiretamente. A aprovação do governo de Kirchner chegou a

60%, maior índice de seus anos de mandato, e há menos de duas semanas das eleições, sua vitória pode ser contada como certa.

Fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

¹² Buenos Aires, Entre Ríos, Formosa, Jujuy, La Pampa, Mendoza, San Juan, San Luis e Santa Cruz. Corrientes e Santiago del Estero não realizarão sua eleições em 2011.